



EIXO 2: POLÍTICAS, REGULAÇÕES E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO E TRABALHO DOCENTE

“NÃO HÁ ESCOLA SEM ALIMENTAÇÃO”: O DIREITO À ALIMENTAÇÃO NA ESCOLA A PARTIR DAS NARRATIVAS DE DOCENTES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Juliede de Andrade Alves

UFBA

juliede.alves@gmail.com

Jasilaine Andrade Passos

UFBA

jasilaine@gmail.com

Ligia Amparo-Santos

UFBA

amparo@ufba.br

Este trabalho foi realizado no escopo do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação e Cultura (NEPAC) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Política Educacional e Trabalho Docente, que conta com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Processo 406861/2022-6; da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) - Processo 88887.954247/2024-00 e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) - 098/2024 - Chamada INCT - MCTI/CNPq/CAPES/FAPs Nº 58/2022; e do projeto "Educação, narrativa e saúde: direito à vida e à educação em tempos de refigurações", financiamento pela Chamada nº 40/2022 - Edital Pró-Humanidades do CNPq

Resumo

Este trabalho tem como objetivo principal compreender, a partir das perspectivas de docentes, percepções e agências acerca da constituição cotidiana da alimentação enquanto direito humano na escola. Para tanto, em abril de 2025, foram realizadas 13 entrevistas narrativas com docentes do ensino fundamental de uma escola estadual localizada em um bairro central, popular e majoritariamente negro (88,44% de pessoas autodeclaradas pretas e pardas) de Salvador-BA (CONDER/ INFORMES, 2016).

As entrevistas foram gravadas, transcritas e sucessivas leituras flutuantes têm sido realizadas para a construção de uma matriz analítica com categorias oriundas das narrativas. A metodologia de análise terá como base a teoria enraizada (LAPERRIÈRE, 2010). As análises prévias indicam que as perspectivas dos docentes sobre alimentação na escola estão relacionadas com as suas experiências alimentares constituídas em suas biografias e com as experiências corporais marcadas por restrições alimentares na infância ou de natureza religiosa, bem como histórias da lida com corpulência, ou ainda situações de adoecimento no qual a alimentação está estritamente relacionada com narrativas conflituosas sobre o comer. Destaca-se que a árdua rotina do trabalho também foi considerada como um fator que pode levar à insegurança alimentar dos próprios docentes, ainda que uma docente tenha relatado que a rotina possibilitou uma melhor organização das suas refeições, inclusive devido a escola estender as refeições da alimentação escolar ao corpo docente. Os docentes se mostraram atentos a distintos aspectos da alimentação ofertada, havendo, portanto, preocupações com a qualidade do que é servido, com o ambiente em que é preparado e com o desperdício. Os hábitos alimentares dos escolares também são observados pelos docentes, os quais relatam o consumo de lanches considerados não saudáveis e que frutas são levadas à escola somente por quem tem restrições alimentares. As perspectivas de direito à alimentação foram expressas de distintos modos. Nesse contexto, destaca-se a produção de estratégias, pela instituição de ensino, para reduzir as iniquidades vivenciadas pelos escolares, pois “ninguém aprende com fome”, como afirmou uma docente. Nota-se, inclusive, a existência de preocupações com o cardápio servido, a inclusão de outras refeições, como o café da manhã para os escolares em situação de maior vulnerabilidade e a preferência por preparações consideradas pelos docentes como “comida” (a exemplo de cuscuz com carne e feijão com arroz) ao invés de lanches (biscoito com suco, por exemplo). Soma-se ainda, a atenção dada à qualidade e variedade da alimentação, à presença de verduras e frutas, às preparações e aos modos de preparar cada alimento. Os docentes acreditam que a família deposita na escola a confiança de que o seu filho será bem alimentado, tendo em vista que, por vezes, o Estado não consegue assegurar o cumprimento desse direito no domicílio.



Consequentemente, converge com a ideia anteposta, o desejo de que a alimentação escolar avance ao servir as três principais refeições, mesmo para estudantes de turno parcial e a possibilidade legal desta também ser acessada pela família em situação de insegurança alimentar. Tem-se, pois, a dimensão de que o aprendizado pode ser comprometido quando a família não consegue prover alimentos com qualidade e em quantidade suficiente para o escolar. Assim, a escola agiria mitigando iniquidades e fortalecendo o vínculo com a comunidade. Para tanto, relatos consideraram que seria fundamental que a verba repassada fosse capaz de garantir “o direito de ser saudável, de estar saudável e que outras pessoas também possam usufruir”. Nesse âmbito, nota-se que o processo de partilha da alimentação com os demais atores escolares pode também simbolizar uma valorização da refeição servida (SILVA; AMPARO-SANTOS; SOUZA, 2019). Compõe também esse aspecto, a alusão à necessidade dos escolares terem ciência de que a alimentação escolar é um direito, e para que isso ocorra, importa engajá-los no processo de luta por esse direito, o que pode ser fomentado por atividades curriculares. Foi também visto como relevante, estimular projetos de valorização de produtos locais e aula prática de culinária com o intuito de fomentar a compreensão da alimentação como “um campo de entendimento da sua própria identidade”, coadunando com o que foi pontuado por Amparo-Santos, Soares e Silva (2018). Por fim, foi possível apreender que quando se fala no direito à alimentação, não se discute somente a presença de “comida no prato”, (AMPARO-SANTOS, SOARES; SILVA, 2024), pois a constituição requer, em especial, ações de mitigação de vulnerabilidade da comunidade escolar por intermédio da alimentação escolar e a construção, por meio de estratégias elaboradas pelos docentes, da noção do estudante enquanto um sujeito de direito, fato que contribuiria para o fortalecimento e a expansão regulamentada da alimentação escolar.

Palavras-chave: Docentes. Direito à Alimentação. Alimentação Escolar.

Referências

CONDER/INFORMS. **Cosme de Farias**. Observatório de bairro Salvador - ObservaSSA. Disponível em: <https://observatoriobairrossalvador.ufba.br/bairros/cosme-de-farias>. Acesso em: 04 de julho de 2025.



LAPERRIÈRE, A. A teoria enraizada (grounded theory): procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares. In: POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

SANTOS, L. A. da S.; SOARES, M. D.; SILVA, E. O. A potência educativa do saber e do comer na escola: interfaces entre os direitos à educação e à alimentação. **Educação**, [S. l.], v. 49, n. 1, p. e86/1–29, 2024. DOI: 10.5902/1984644485362.

SILVA, E. O.; AMPARO-SANTOS, L.; SOARES, M. D. Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 34, n. 4, p. 1-13, 29 mar. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00142617>.

SILVA, E. O.; AMPARO-SANTOS, L.; SOARES, M. D. Interações entre práticas alimentares e identidades: ressignificando a escola pública e a alimentação escolar. **Cadernos de Saúde Pública**, [S.L.], v. 35, n. 11, p. 1-11, 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00217918>.